

RUP TURA

www.rupturafer.org


E depois da greve?

A greve geral de 24 de novembro foi a primeira resposta de peso do povo português à guerra social promovida pelo governo da direita e a troika. A sua continuação é fundamental para obtermos vitórias.

EDITORIAL e PÁG. 4

Crise europeia

Sem unidade para solucionar a crise, a burguesia europeia, cimeira após cimeira fracassadas, limita-se a definir novas fórmulas para massacrar os trabalhadores e retirar soberania aos países periféricos.

PÁG. 5



Racismo e austeridade

São os imigrantes e portugueses de origem africana, moradores da periferia das grandes cidades, os que mais sofrem os efeitos das medidas de austeridade. O racismo é o elemento perverso a agravar essa situação.

PÁG. 8



Governo, UE e Troika põem Portugal a saque

É a política do vale tudo para roubar os trabalhadores e o povo. Cobertos pela chantagem da “crise” e do pagamento de uma “dívida pública”, os governantes e o atual poder económico capitalista conseguiram convencer uma grande parte da população da necessidade de austeridade e do povo ter de suportar ainda mais privações. Contudo, as duras medidas que se têm dirigido contra os trabalhadores, que têm deixado quase intocáveis as grandes fortunas e o capital, começam a fazer cair a máscara ao governo e à política da União Europeia/Troika.

A Greve Geral do passado dia 24 de Novembro foi um início desta nova e necessária fase de dizer “Basta” a esta política de roubo do salário e dos direitos sociais. Apesar de muitas dificuldades impostas pela precariedade, pelos cortes salariais e pela repressão instalada em muitas empresas, a resposta firme de centenas de milhares de trabalhadores levaram a que o dia de Greve Geral resultasse num êxito com a paralisação de importantes sectores, como os transportes terrestres, marítimos e aéreos, bem como o encerramento dos serviços públicos e de muitas grandes empresas.

Também desta vez a Greve saiu à rua, e em Lisboa realizaram-se duas manifestações (uma da CGTP e outra da Plataforma 15 de Outubro-15O), assumindo particular destaque a manifestação do 15O pela sua energia reivindicativa contra o governo e a troika, pela suspensão do pagamento da dívida e pela defesa dos direitos e salários. Pelo seu carácter de maior combatividade, a manifestação dos movimentos foi alvo de provocações e repressão policiais perante as quais deveremos exigir punição dos comandos policiais responsáveis, sob pena de se deixar um precedente para futuros ataques a mobilizações populares em defesa dos seus direitos.

O pagamento do negócio a que falsamente se chama “ajuda” da UE/FMI/BCE e se destina a pagar uma dívida que não beneficiou o povo português, mas que, ao contrário, encheu os cofres e as contas bancárias do poder económico e político, é hoje um sorvedouro de dinheiro público que é necessário parar. Este mesmo dinheiro deve ser utilizado para pagar salários, saúde e educação em benefício do povo e dos trabalhadores.

As grandes construtoras, os capitalistas que estão nas PPP e os grupos dominantes no PSD, CDS e PS são os que fazem parte da lista de verdadeiros devedores e que devem ser chamados a pagar a atual crise em que meteram o país. Estamos a falar de verdadeiros criminosos, aliás todos eles com casos publicamente conhecidos em redes de corrupção, lavagens de capitais, roubo e até assassinato (como é acusado Duarte Lima do grupo de amigos de Cavaco Silva, o tal “mais alto magistrado da nação”).

A decisão dos capitalistas e dos seus governos em fazer uma guerra contra os trabalhadores e os povos para que sejam estes a sofrer e pagar a crise está a ter uma importante resistência dos “de baixo”. Na Europa, os trabalhadores e o povo grego têm sido a vanguarda desta resistência que está a fazer rebentar um projeto que há mais de 60 anos a burguesia europeia começou para uma união económica a mando das grandes empresas.

Esta UE que tem saqueado os trabalhadores e os povos, que tudo tem feito para restringir os direitos sociais e laborais, sempre em benefício dos capitalistas dos grandes grupos económicos, está a precisar de ser varrida e substituída por uma outra baseada na defesa do emprego, do salário e dos direitos dos trabalhadores e dos povos, uma Europa cuja união não pode ser dirigida por quem defende a exploração do trabalho, o endeusamento da concorrência e a ganância do lucro, mas que tem de ser dirigida pelos “de baixo”, pelos povos, pela classe trabalhadora e pelas suas organizações.

O caminho tem de ser de resistência e mobilização para derrotar a atual política de roubo e saque que o governo PSD/CDS está a fazer contra os trabalhadores e o povo. Prosseguir com as manifestações de massas e com todas as formas de luta que conduzam e fortaleçam uma contestação geral e nacional é o que tem de ser feito.

ENTREVISTA ■

“O governo não abandonou a ideia de privatizar a RTP”

Entrevistámos António Louçã, jornalista da RTP e membro da lista T, que venceu as eleições para a Comissão de Trabalhadores (CT) com um resultado expressivo, próximo dos 70%. António falou-nos sobre o projeto do atual governo para a televisão pública e os ataques que pairam sobre os mais de dois mil trabalhadores da empresa.



Muito se falou sobre o relatório do grupo de trabalho presidido sobre João Duque e as suas conclusões, que incluem, por exemplo, a redução dos conteúdos informativos ou o fim da publicidade comercial. O que realmente moveu este grupo e qual achas que foi o impacto real do seu relatório?

O relatório deste grupo é encomendado pelo governo no sentido de sustentar uma política em curso de desmantelamento da RTP, reduzindo-a no futuro a um video-clube. As excentricidades do relatório tiveram uma resposta consensual da opinião pública contra o mesmo. O próprio Miguel Relvas (ministro da tutela) tenta demarcar-se porque no fundo se cometeu o erro tático de dizer demasiadas das coisas que o governo planeia fazer mais tarde, advindo daí o risco de suscitar um forte movimento de resistência.

Aparentemente o governo abandonou a ideia de privatizar completamente a RTP. Crês que é graças às pressões do Balsemão (presidente do grupo Impresa, que detém a SIC)?

O governo não abandonou a ideia de privatizar a RTP, está é a deparar-se com mais dificuldades do que pensava. Ainda que tenham colocado algumas reservas, não será difícil pacificar Balsemão ou a PRISA (grupo que detém a TVI). Por outro lado, não será fácil ao governo pacificar

o público e os trabalhadores qualquer que seja o projeto dos privados, pois o que estes nunca fizeram e não se pode esperar que algum dia venham a fazer é prestar um serviço público.

Com o projecto de fusão da RTP-Internacional e RTP-África, assim como a extensão das RTP's das ilhas, crês que estão pensados cortes de pessoal?

A política recente da administração tem sido a de promover as saídas voluntárias, sendo que são voluntárias entre aspas, ainda que de maneira um pouco incoerente não tenham fechado as admissões. Essas medidas também podem pressupor mais saídas, sobretudo nas áreas técnicas. De qualquer forma, a tendência é para sucessivas reduções de pessoal, abrindo ao mesmo tempo a porta para situações laborais mais desfavoráveis.

Quais serão as grandes tarefas da CT agora eleita para os tempos que se adivinham?

Será em primeiro lugar retomar algumas tradições que entretanto se perderam, a começar com a realização de plenários e a tê-los como momento alto de diálogo entre os trabalhadores e a tomada de decisões. A outra tradição que se deve recuperar é a da comissão de trabalhadores intervir junto com os sindicatos mais reivindicativos que existem na área.

RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Amadora

Proprietário: Gil Garcia
Director: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projecto Gráfico: Nádía Martins
Capa: Diogo Bento e Pedro Varela
Contacto: jornal@rupturafer.org
Projecto Gráfico: Nádía Martins
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:
André Traça, Eduardo
Henriques, Flor Neves,
Flávio Rufer, , Lina Pereira,
Manuel Neves, Nuno
Santos, Salomé Gonçalves,
Yussuf Yazeed R.H..

Centro de Saúde da Amadora, espelho do SNS

É urgente que a população da Amadora e os trabalhadores do seu Centro de Saúde se unam pela sua manutenção e por condições de saúde dignas. A luta é a mesma: a da saúde e das condições de trabalho! Só essa união e essa luta trarão a destruição de milhares de Centros de Saúde como este em prol de uma classe cada vez mais rica.

O Centro de Saúde da Amadora serve a uma população enorme, maioritariamente trabalhadora. Com muitos utentes das ex – colónias, o Centro de Saúde da Amadora tem um inquestionável peso na saúde pública dessa população.

E, por isso mesmo, espelha a destruição do Sistema Nacional de Saúde e como a mesma agride a classe trabalhadora, a que não tem dinheiro para ir ao Hospital da Luz, do qual dista apenas cerca de 7 Km, mas onde uma cirurgia custa milhares de euros.

No Centro de Saúde da Amadora existem 30.000 utentes sem médico, recorrendo apenas a consultas de urgência, não tendo direito a um médico que os acompanhe constantemente, tendo melhor percepção da evolução do seu estado clínico. Essas consultas obrigam, claro, a que as pessoas “ludem” por essas vagas, como se de um luxo se tratassem.

Com os cortes na saúde, as condições não prometem melhorar, dado que não se adivinha a contratação de mais médicos. Pior, devido a falta de pagamento, o CS chegou a estar 2 a 3 dias sem empregadas de limpeza, deteriorando ainda mais as condições. A ausência de auxiliares já é crónica, obrigando a que os médicos e enfermeiros tenham que fazer o trabalho dos auxiliares, perdendo tempo útil para ver e tratar doentes. Quem perde são sempre os mesmos: os doentes, trabalhadores e desempregados, que se veem roubados de um direito básico, a sua saúde.

O desinvestimento é tão obscuro que existe um – um! – oxímetro (um aparelho para medir a quantidade de oxigénio

no sangue) para todo o Centro de Saúde e nem existe a possibilidade de se fazerem eletrocardiogramas, por ausência de aparelho – o eletrocardiograma, além de barato, é extremamente útil para a detecção precoce de doenças graves, como os enfartes.

Para pagar uma crise que não é sua, os trabalhadores veem direitos básicos, como a saúde, retirados. E o CS da Amadora é o espelho dessa realidade. Pouco investimento seria necessário para melhorar a saúde de tanta e tanta gente, inclusive salvando vidas. Quantos auxiliares de ação médica pagam os juros da troika? Quantos aparelhos de eletrocardiograma não se poderiam adquirir se os ministros não tivessem carros novos?

É urgente que a população da Amadora e os trabalhadores do CS da Amadora se unam pelo seu Centro de Saúde e por condições de saúde dignas. A luta é a mesma: a da saúde e das condições de trabalho! Só essa união e essa luta trarão o arrasamento total de milhares de Centros de Saúde como este em prol de uma classe cada vez mais rica.

O Sistema Nacional de Saúde, conquista histórica dos trabalhadores portugueses, só pode ser defendido e melhorado com uma luta aguerrida, de base democrática, contra os mais ricos. Com a privatização crescente da saúde, na Amadora serão mais de 30.000 utentes sem médico e muitos mais que poderão nem sequer lutar pela consulta de recurso.

Por um SNS público, universal e de qualidade, todos na luta! **M.N.**



BÚSSOLA ■

Egito: povo exige nas ruas a saída da Junta Militar

Em várias cidades, o povo egípcio exige nas ruas a sua libertação total do antigo regime sob o grito “É preciso completar a revolução!” Após a renúncia do ditador Hosni Mubarak, a 11 de Novembro, uma Junta Militar chefiada pelo ex-ministro da Defesa de Mubarak assumiu a liderança do país. Após uma carta de princípios da nova Constituição ter sido divulgado pela Junta, em que esta manifestava a sua intenção de conceder poderes ilimitados aos militares, uma onda de manifestações diárias de centenas de milhares de pessoas exige a passagem do poder para os civis.

O marechal Mohamed Hussein Tantawi, que foi ministro da Defesa de Mubarak por 20 anos e agora encabeça a Junta Militar, tinha se comprometido a ficar no poder por um

período de somente seis meses, até as eleições de um parlamento constituinte e de um novo governo eleito. No entanto, as eleições parlamentares não foram convocadas para setembro, mas para o dia 28 de novembro, sob um sistema tão confuso como antidemocrático (uma eleição por fases que duraria até janeiro de 2012). Sobre a data das eleições presidenciais, os militares começaram por apontar de 2012 ou 2013, mas, por causa das mobilizações, foram obrigados a fixar uma data para junho do próximo ano.

O povo egípcio continua a sua luta heroica contra uma Junta que tem reprimido as mobilizações causando dezenas de mortos e milhares de feridos, apesar das cedências entretanto feitas.



Plataforma 150 reage à violência policial de dia 24 de novembro

A Plataforma 150 (15 de Outubro) denunciou, no dia 29 de Novembro, as agressões e arbitrariedades cometidas pela polícia durante a manifestação de 24 de novembro, durante a tarde deste dia de greve geral em Portugal. Numa conferência de imprensa em frente ao Ministério da Administração Interna, foi lida uma declaração, e porta-vozes do movimento responderam a perguntas dos jornalistas. Foi ainda entregue no Ministério um CD contendo provas dos excessos da polícia e da ação de agentes policiais infiltrados, designadamente vídeos e fotos de jornais, televisões e amadores.

Destacam-se os seguintes aspetos que resumem a declaração:

- Denunciamos a presença de polícia infiltrada e não fardada na manifestação. Estes agentes incitaram a violência com palavras e ações. Num Estado dito de direito e democrático estas ações configuram uma ilegalidade e um perigo. A ação da polícia nos piquetes de greve pautou-se igualmente pela ilegalidade e repressão, tendo-se apresentado nos locais dos piquetes com caçadeiras e metralhadoras. Além de polícia de intervenção para atacar e romper os piquetes;

- Recusamos ser apelidados de criminosos e delinquentes, com o objetivo de anular a Plataforma 150 como sujeito político. Foi impedida a realização da assembleia popular às 18 horas. Está a ser construída propositadamente uma narrativa de terror social que visa criminalizar o movimento social e os eventos da greve geral;

- rejeitamos a inversão total e propagandística da verdade que está em curso, procurando apelar de violentos pessoas e movimentos que procuram defender os seus direitos e interesses de forma pacífica. A violência das medidas de austeridade é que é indiscutível e está à vista de todo o povo;

- Acusamos o governo de violência direta e indireta sobre o país. Em resposta a esta campanha vergonhosa, anunciamos que convocaremos uma nova manifestação a realizar no final de Janeiro;

- A plataforma exige a divulgação das provas sobre os factos em torno da violência, avaliados de forma imparcial. Solidariza-se ainda com os detidos e exige a sua absolvição detidos tendo em conta o facto de terem sido alvo de provocações.

Hackers ajudam a denunciar violência policial

Um ataque de hackers ao site do Ministério da Administração Interna divulgou dados profissionais de mais de 100 polícias, numa tentativa de expor perante a opinião pública a questão da brutalidade policial ocorrida na manifestação de dia 24 em frente ao parlamento no dia da greve geral. Entre os dados divulgados estão nome, posto, número de

identificação, cargo, número de telefone e endereço de e-mail. “Em resposta às detenções e violência sobre civis desarmados iremos divulgar os dados de todos os agentes da PSP, esquadra a esquadra, indivíduo a indivíduo, a começar pela esquadra de Chelas”, anuncia o grupo LulzSec que levou a cabo estas ações.

Nuno Santos



Manifestação convocada pela Plataforma 15O percorre a Avenida da Liberdade, em Lisboa, no dia da greve geral

E depois da greve geral?

A greve geral de 24 de Novembro, a primeira realizada no país após a intervenção da troika e a vitória do governo da direita, foi uma greve forte, mas insuficiente para começar a reverter a verdadeira guerra social configurada pelo orçamento de estado para 2012.

Bastante diferentes dos números apontados pelo governo, os verdadeiros números da greve geral de 24 de novembro revelam uma adesão importante, nomeadamente no setor de transportes. Portos, aeroportos, comboios, autocarros, recolha e tratamento de lixo, fábricas, escolas, universidades e hospitais registaram fortes índices de paralisação. Mas esses números também foram diferentes dos divulgados pela CGTP e UGT, a rondar os 90% de adesão.

A greve geral foi forte, mas poderia ter sido bem mais. Não o foi não porque os trabalhadores apoiem as medidas do governo de cortes de salários e direitos, duplicação das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde ou cobrança nas portagens. Pelo contrário, a grande maioria dos portugueses já começou a desacreditar na cantilena da inevitabilidade dos ataques sociais para pagar uma dívida que não fizemos.

A greve não foi tão geral como poderia e deveria ter sido por duas razões centrais e interligadas: pelo temor ao desemprego e à situação de instabilidade económica e social, por um lado, e por outro, pela falta de confiança nas suas direções políticas e sindicais. Para vencer o medo, os trabalhadores e a maioria da população precisam acreditar que a luta pode ser vitoriosa e derrotar as medidas de austeridade. É essa confiança que a esquerda e os sindicatos e centrais sindicais, nomeadamente a CGTP, não inspiram na população. Uma rápida análise das duas manifestações da greve geral exemplifica razões para essa desconfiança.

As manifs da greve

Alguns, como o Bloco de Esquerda, saudaram a CGTP por ter convocado, de forma inédita, uma manifestação no dia da greve

geral. Não o fazemos. Em nossa opinião, a CGTP só convocou essa manifestação porque a Plataforma 15 de Outubro, composta por movimentos sociais e independente de partidos e sindicatos, tomou a iniciativa de chamar uma manif para essa data. Para não ficar para trás, a CGTP convocou também a sua, mas o fez de forma burocrática: não jogou o peso do seu aparato para garantir a presença dos grevistas no Rossio ou na Assembleia da República, por exemplo, disponibilizando autocarros que os conduzissem a esses locais.

Desta forma, a manif organizada pela Plataforma 15O, sem um milésimo dos recursos que possui a CGTP, reuniu em Lisboa tanto ou mais pessoas do que a maior central sindical deste país, entre 5 a 7 mil manifestantes. Mérito dos ativistas do 15O, desmérito da direção da CGTP. Pergunta-se: porque a CGTP nunca interessou manifestações, como as realizadas em Lisboa, mas também no Porto e várias outras cidades do país no último dia 24, em dia de greve geral?

Novas greves e manifs

Derrotar a governação de Passos Coelho e da troika não será tarefa fácil. Pelo contrário, como estão a demonstrar os trabalhadores gregos, que lá vão em sua 16ª greve geral e inúmeras manifestações de protesto, reverter a austeridade passa por muita luta, mas passa também por algo mais profundo, que é a construção de uma alternativa programática e de direção.

Que programa o movimento social deve adotar para contrapor-se às medidas de ataque social à classe trabalhadora impostas pela burguesia nacional e europeia? Qual o objetivo desse programa? Refundar a União Europeia, sal-

var o euro, seja pela injeção de capitais por parte do Banco Central Europeu aos países endividados ou pela emissão de euro-bonos? Auditar a dívida, mas continuar a pagá-la? Estas são propostas defendidas por parte da esquerda, como o BE e o PCP.

Nós defendemos outro programa, que passa pela suspensão do pagamento da dívida externa, pela nacionalização da banca e dos setores estratégicos da economia e pela redução do horário de trabalho sem redução do salário. É evidente que este programa implica uma rutura com a União Europeia e o euro, que, aliás, já estão a "romper", da forma que lhes é mais conveniente, com os países ditos periféricos da UE.

Uma nova direção

A boa notícia é que o movimento social, em Portugal, mas também em várias outras partes do mundo, já está a insubordinar-se com as suas direções tradicionais e a construir algo novo, sem as amarras e os condicionamentos tradicionais, agendas ocultas e outras sutilezas que só visam preservar o regime e o *status quo*. Em Portugal, esse movimento materializou-se nas manifestações nacionais da Geração à Rasca, do 15 de Outubro e, agora, na Plataforma 15O.

Depois da greve geral de 24 de Novembro, é preciso organizar uma nova e mais forte greve geral, com manifestações em todo o país. É preciso organizar imediatamente um referendo sobre a presença da troika em Portugal e as medidas de austeridades. É preciso continuar a lutar. É preciso continuar a construir uma alternativa de programa e direção para derrotar o governo PSD/CDS-PP e a troika.

Cristina Portella



DE OLHOS BEM ABERTOS

Por que mais um partido de esquerda?

Muitos jovens e trabalhadores interrogam-se: para que mais um partido de esquerda? Não há já partidos suficientes? O PS, o PC, o BE e até o MRPP ou o PAN não serão suficientes? Esta nossa crónica visa esclarecer porque temos a opinião de que os partidos que existem não são satisfatórios e que faz falta um verdadeiro movimento alternativo e socialista.

Se os actuais partidos fossem suficientes e eficazes não teriam surgido movimentos alternativos de massas, em Portugal e por todo o mundo, manifestações (e "acampadas") convocadas e concretizadas por cidadãos que se consideravam à rasca e sem representação política. Assistimos, inclusive, a uma assembleia popular no final do último dia 15 de Outubro, por ocasião de uma manifestação internacional com mais de 20.000 participantes em Lisboa, convocada precisamente à revelia e com a adversidade de quase todos os partidos da esquerda e mesmo sindicatos.

Foi desta assembleia popular que se apelou a uma greve geral para travar Passos Coelho e a troika, porque, até aí, a CGTP, dirigida pelo PCP, nem a essa conclusão tinha chegado. Que todos esses factos expressam uma desconfiança da atual esquerda, não restam dúvidas. Mais, se passarmos em revista a política de cada um desses partidos, iremos notar porque razões um número cada vez maior de pessoas se divorciou deles. Não por acaso o BE perdeu, em 5 de junho, cerca de 300.000 votos; não por acaso o PC conserva ou reduz o seu peso, nunca recuperando os números obtidos na década de 70; não por acaso ninguém vê um militante do PAN em alguma manifestação; e, por fim, não por acaso o próprio MRPP não sai praticamente do mesmo registo eleitoral de há dezenas de anos e não se vê mais militantes, em especial jovens, em suas fileiras. Mas vejamos o que se passa à esquerda.

Sobre o PS não nos deteremos mais do que um parágrafo. Trata-se de um partido que (mesmo) na "oposição" quer apenas limitar o corte imposto pela troika e Passos Coelho a um subsídio (o outro pode ser cortado), para depois, num eventual retorno ao poder, governar tal e qual as coligações PSD/CDS-PP.

Sobre o PCP, além de tratar-se de um partido que durante mais de 40 anos apoiou regimes ditatoriais no Leste da Europa, hoje se

limita a convocar, através da CGTP, uma greve geral por ano, enquanto na Grécia há 6 ou 7. Por outro lado, toda a gente sabe que o PC tem sido um sério adversário das manifestações à rasca, das acampadas do Rossio, das plataformas 15 de Outubro e de todas as manifestações que não são por si controladas. Todos estes factos indicam que se trata de um partido que se mantém bastante autoritário e antidemocrático e com uma oposição aos governos do PS e de direita mais de retórica do que com a intenção de os travar efectivamente.

Sobre o BE, que conhecemos muito bem, trata-se um partido que prometeu muito, mas fez muito pouco. Rapidamente, os deputados e as centenas de milhares de votos transformaram velhos dirigentes revolucionários em simples parlamentares, com discursos e políticas institucionalizadas e coniventes com o regime e o sistema que nos governa. Senão vejamos. O BE, sobre o problema da dívida pública, tem a mesma posição do PCP: há que pagá-la. Daí ambos defenderem a renegociação. Nenhum deles tem a coragem de defender uma imediata suspensão do pagamento desta dívida imoral e injusta.

Mas talvez o que mais marque a impotência destas duas esquerdas, BE e PC, seja a política que têm face a si próprios. Ou seja, ambos nunca se entenderam para uma unidade que pudesse disputar um governo alternativo aos do PS e da direita, apesar de terem em muitos terrenos as mesmas propostas. Mais, o BE encontrou razões que a razão desconhece para apoiar o candidato de Sócrates e, com essa política, afundar-se a si próprio e à esquerda em geral nas últimas eleições.

O BE, valha a verdade, tem o pior dos dois partidos com que no início da sua caminhada se apresentou em alternativa: do PS recolhe a mesma estratégia e política de alianças, com Alegre e António Costa, e até a moderação programática; do PC, recolhe o autoritarismo interno face às correntes à sua esquerda. Não ousaram expulsar-nos, mas na prática empurraram-nos para fora.

De toda esta realidade se pode concluir que faz falta uma nova esquerda, combativa e descomprometida frente ao atual regime e que ponha na ordem do dia a necessidade de uma nova revolução social, de um novo 25 de Abril.

Gil Garcia

Países periféricos perdem soberania, mas crise europeia continua



Os encontros bilaterais de Merkel e Sarkozy têm sido os verdadeiros espaços de decisão e poder da União Europeia, tornando as cimeiras que se seguem numa encenação de um acordo já definido.

Longe de estar solucionada, a crise da dívida na Europa tem alimentado uma crise política que, por sua vez, tem retro-alimentado a crise económica, numa espiral que já ameaça a França, a segunda economia europeia. A crise política tem-se expressado não só no plano nacional, em especial nos países periféricos, como nas relações entre estes e os países cen-

trais. O resultado foi a queda dos governos grego e italiano e a sua substituição por governos de "salvação nacional" muito próximos a Bruxelas, paralelamente a um acirrar da crise com os bónus de dívida italiana e espanhola a ultrapassarem por várias vezes o limiar dos 7% de juros (limiar esse que levou Grécia, Irlanda e Portugal a pedirem financiamento externo).

Novo Lehman Brothers?

À medida que aumenta a probabilidade de que os países que pediram financiamento externo (Portugal, Irlanda e Grécia) não consigam pagar a totalidade das suas dívidas, os seus bónus entram numa espiral de desvalorização nos mercados secundários e países como Itália e Espanha veem ampliado o risco de também terem de ser resgatados pelo FMI e BCE.

Itália e Espanha representam um terço da economia da zona euro, e a Itália é o terceiro maior mercado de dívida soberana no mundo. O Fundo de Resgate europeu não tem capacidade para resgatar nem Espanha nem Itália em separado, e o BCE não está autorizado a emprestar dinheiro a países insolventes, teoricamente porque os tratados europeus não permitem, na prática porque a Alemanha não quer.

A quebra deste países seria um terramoto económico, levaria a uma desvalorização massiva dos seus bónus e dos de outras economias europeias (inclusivé a alemã), o que arrastaria os grandes bancos internacionais, recheados com bónus europeus. A partir daí poderíamos esperar uma sucessão de defaults nacionais, falências bancárias e fuga de

capitais. Em causa não está só o euro mas também a União Europeia, o sistema bancário global e, claro, a economia mundial.

Vitória alemã

A cimeira europeia do final de Outubro pode não ter trazido nenhuma solução à burguesia para a crise da dívida, mas deu passos firmes na legitimação do plano alemão de total controlo político e económico dos países periféricos pelos imperialismos centrais. Entre as medidas aprovadas está a aprovação prévia de Bruxelas dos orçamentos nacionais de países em crise.

Os encontros bilaterais de Merkel e Sarkozy, já considerados uma só entidade, a "Merkozy", têm sido os verdadeiros espaços de decisão e poder da União Europeia, tornando as cimeiras que se seguem numa encenação de um acordo já definido.

No entanto, esse controlo dará um salto de qualidade com a reforma do tratado europeu já acordada por "Merkozy". Entre as medidas propostas estão sanções automáticas para quem não respeite o défice de 3%, a instituição da "regra de ouro" (define um objetivo vinculativo de défice 0%) nas constituições

nacionais e verificação do processo pelo Tribunal de Justiça Europeu e a formalização do conselho de chefes de governo e de estado como governo económico da zona euro.

Este acordo é uma vitória da burguesia alemã. Ainda que de fato se possa falar de uma entidade de poder "Merkozy" a preponderância tem sido de Angela Merkel. A chanceler conseguiu, até agora, barrar os eurobonos e a intervenção direta do BCE nos países em crise (medidas que trariam a crise até aos cofres alemães), que têm sido defendidos por Sarkozy.

É provável que quando de facto estiver em causa um default italiano ou espanhol a Alemanha dê um passo atrás na sua posição em relação ao BCE e, numa medida de desespero, deixe que euros alemães paguem a crise, até porque as consequências de não o fazer seriam desastrosas para a burguesia alemã, e, acima de tudo, neste momento Merkel já tem a unidade política e fiscal que tanto desejava, ou seja, o controle político e orçamental dos países em maiores dificuldades económicas, na prática toda a periferia da Europa.

Diana Curado

República da Irlanda, o “bom aluno”

No 2º trimestre de 2011, a Irlanda, apresentando um crescimento económico de 1,6% face ao trimestre anterior e uma, consequente, descida de 3º para 7º no ranking dos países com o maior risco de incumprimento, é anunciada como o "bom aluno" da troika.

Se as medidas da troika provocam fortes incertezas quanto aos seus resultados, não foi através do exemplo irlandês que alguma coisa se esclareceu. Sobretudo quando nos restantes Estados europeus "resgatados", os mesmos planos de austeridade não apresentaram semelhantes resultados.

O que pretende a troika?

Através da imposição dos seus planos de austeridade, a troika pretende alcançar o relançamento acelerado, seja de que maneira for, das taxas de lucro no sistema capitalista. Para tal, faz uso de dois mecanismos: redução drástica do valor do fator de produção mão-de-obra, devastando o valor da vida das populações trabalhadoras, e destruição massiva dos capitais mais débeis (falência de empresas), conjugada com profundas intervenções estatais nas empresas que dominam os sectores estratégicos da economia.

De que é feito o crescimento irlandês?

O governo irlandês, através da injeção de 46 € mil milhões nos bancos desde o início da crise, criou um gigantesco buraco nas contas públicas e conduziu a um galopar da dívida pública de 25% do PIB em 2007 para 95% em 2010.

Os mercados ditam e os governos de gestão capitalista executam. Em novembro de 2010, o governo irlandês acorda um empréstimo de 85 € mil milhões com a troika. A contrapartida é um plano de corte da despesa pública na ordem dos 10 € mil milhões e um aumento da receita fiscal de cerca de 5 € mil milhões, entre os anos de 2011 a 2014.

A fatura chega aos trabalhadores irlandeses em pouco tempo e descremina cortes nas contribuições sociais; no salário mínimo; nos salários da função pública e pensionistas (cerca de 15% da despesa pública); no número de trabalha-



dores da função pública (cerca de 25.000); nas despesas com a saúde e educação; aumento das propinas estudantis; revisão dos escalões do IRS; aumento da taxa do IVA para 22% em 2011 e 23% em 2012; criação de um novo imposto sobre imóveis (semelhante ao IMI, em Portugal); criação de novas tarifas sobre o consumo de água e de combustíveis...

A par destas medidas e da destruição, tanto de mão de obra como de capitais (falência de empresas), o governo irlandês manteve a taxa de IRC para as empresas nos 12,5% (uma das mais baixas da Europa), assim como a isenção de IRC aplicável às novas empresas e criou, durante 2011, um amplo incentivo à troca de automóveis usados, sendo oferecida à indústria automóvel um enorme balão de oxigénio.

O crescimento da Irlanda é então justificado pela desvalorização abrupta do valor da mão de obra e pela conservação das vantagens fiscais e benefícios económicos às empresas. Este é o melhor dos dois mundos para qualquer patrão. Acrescentando uma consolidada dinâmica exportadora em sectores como o das tecnologias de informação, farmacêutica e alimentar, uma quebra nas rendas do sector imobiliário comercial em cerca de 50% e ainda a renegociação das condições do empréstimo concedido pela troika, têm-se os grandes fatores explicativos do crescimento irlandês.

Quanto aos trabalhadores

O desemprego atingiu já os 14,4%; o desemprego jovem ronda os 30%; a procura interna caiu 2,6%, este ano; a taxa de emigra-

ção de 2011 é a mais elevada da UE; em 2009 e 2010 emigraram 65.000 pessoas em cada ano, em que cerca de metade são jovens até aos 25 anos. Devido à necessidade de recapitalização dos quatro maiores bancos irlandeses, o cenário fica completo com a expectativa de serem injetados no sistema bancário mais 24 € mil milhões.

Vale ser o “bom aluno”?

A turbulência sentida agora nos países mais centrais repercutir-se-á em todo o comércio e crescimento da UE. Para além disso, até quando a austeridade imputada aos trabalhadores será suportada? O Estado irlandês é o investidor, mas até quando suportará tamanha tarefa? Uma coisa é certa, a situação da banca irlandesa já voltou a agravar o risco de incumprimento deste país. **F.R.**



Privatização e luta nos aeroportos

Apesar da atitude desmobilizadora dos sindicatos, dezenas de trabalhadores de Groundforce participaram de protesto na greve geral de 24 de novembro.

O Estado português, através da TAP, que recomprou em 2008 a participação da Globalia na Groundforce por 30 milhões de euros para recuperar a totalidade da empresa, encontrou um comprador para a sua privatização. A 5 de dezembro, último prazo para a Groundforce se habilitar às licenças de "handling" dos aeroportos de Lisboa, Porto e Madeira, a Urbanos apresentou ao Estado a sua intenção de compra da empresa. Segundo as novas diretivas europeias de concorrência, a Groundforce só

poderia concorrer às licenças de "handling" quando devidamente privatizada e capitalizada. Nesta senda desenfreada na preparação da privatizações, em outubro, a administração lançou 3 concursos públicos com vista a subcontratar mais serviços a empresas prestadoras de serviços, precarizando ainda mais a mão de obra da SPDH (Serviços Portugueses de Handling de Lisboa), cujo teor de precariedade se estima já em 50%. É a chamada tática de distração: anunciam-se medidas extre-

mamente graves, incutindo o medo de perder tudo, para se virem a implementar as medidas que realmente estavam previstas, sem que haja resistência. Enquanto isto, houve despedimentos de trabalhadores com vínculo efetivo à Groundforce.

Precários são maioria

A Airpass, uma destas empresas de trabalho precário, criada por um dos ex administradores da Groundforce, tinha, em 2009, 16 trabalhadores e atualmente

tem mais de 300, em completa precariedade, a prestar serviços à SPDH. É fácil de constatar o interesse económico que move os dirigentes, com conhecimentos privilegiados a nível funcional na criação deste tipo de empresas.

Atualmente, em alguns sectores operacionais, os trabalhadores precários são já a maioria, sendo que as empresas de trabalho temporário têm fornecido a mão de obra o ano inteiro, ano após ano. Os trabalhadores temporários, que findo o limite de contratos são despedidos, têm também eles lutado no sentido de levar as empresas de trabalho temporário a tribunal, visto que estas, muitas vezes, nem sequer cumprem as obrigações contratuais entre as partes, e têm conseguido resultados positivos, chegando mesmo a ingressar nos quadros da empresa, dando assim ânimo à luta dos restantes combatentes.

Sindicatos sabotam a luta

A luta está cada vez mais ativa no seio da empresa, pois os trabalhadores estão conscientes de que todas as possíveis soluções procurarão reduzir os seus direitos, aumentando a precariedade e desvalorizando cada vez mais o produto do seu trabalho. Em total apatia, os sindicatos não têm colaborado neste combate desigual, já que, segundo testemunhos de vários trabalhadores, a plataforma sindical tem faltado ao seu dever ao recusar reunir com um plenário de trabalhadores, após várias instâncias nesse sentido.

Esta atitude veio na sequência das negociações com a

Aviapartner, o grupo belga originalmente interessado em comprar a Groundforce, tidas à revelia dos trabalhadores, que apenas recebiam comunicados das direções sindicais em que apelavam à calma e garantiam que o diálogo estaria bem encaminhado.

Participação na greve

Relativamente à mobilização, os trabalhadores chegaram mesmo a apelar aos dirigentes sindicais para acompanhá-los nas suas reivindicações na manifestação da greve geral de 24 de novembro, mas estes acabaram por recuar e tentaram mesmo levar à desmobilização do protesto, que apesar das forças em contrário conseguiu ainda assim juntar cerca de 80 pessoas.

Outras iniciativas dos trabalhadores perante a traição e a indiferença dos seus supostos representantes consistem em recorrer a comunicados onde reclamam uma união de forças e uma maior mobilização, bem como à participação em outras formas de luta, isto também através da utilização das paredes das áreas comuns aos trabalhadores nos aeroportos que, de um momento para o outro, se viram repletos de apelos escritos exigindo uma tomada de posição firme e decidida contra os ataques constantes da administração aos seus direitos. Os trabalhadores da Groundforce veem-se agora com novos desafios pela frente e estão no bom caminho, contando seguramente com a solidariedade de todos nós para levarem a sua luta a bom porto.

Salomé Gonçalves



Política de “terra queimada” nos CTT

Não faltam na empresa CTT motivos para desencadear uma luta acesa e prolongada: trabalhadores com salários congelados, cortes nos vencimentos e agilização de despedimentos.

O fim do ano de 2011 aproxima o fantasma da privatização, mas antes disso temos a concretização da liberalização. Desde cerca de 2009 que a Administração dos Correios vem preparando quer os trabalhadores quer a sua própria estratégia numa lógica de mercado para a liberalização da empresa. Esta liberalização obedece a diretivas da comunidade económica europeia e significa uma mudança estrutural no mercado postal, abrindo portas a outros operadores de serviços postais em Portugal. Contra a privatização foram entregues, em 2010, cerca de 18.000 assinaturas recolhidas através de uma petição pública por um dos sindicatos afetos à CGTP. Esta petição não teve qualquer tipo de resposta ou consideração por parte da tutela, ou seja, continua a ser ignorada a população que reconhece nos serviços postais prestados pelos CTT um dos seus direitos inalienáveis. O governo não intervém nem impede o

fecho de estações de correio que servem populações mais isoladas ou, no caso das cidades, em zonas centrais, com clientes fidelizados num profundo desrespeito pelos inconvenientes causados à população. A liberalização, por seu lado, justifica a transformação das estações de correios em lojas repletas de produtos alheios ao serviço postal, desde livros, bilhetes para espetáculos, aparelhos para pagamentos de portagens, entre outros, e converte o carteiro em vendedor de seguros e de lotarias, relegando para segundo plano a sua verdadeira função, a de distribuir correspondência a todo e qualquer cidadão. Impunidade A própria Administração da empresa é exemplo da "política de terra queimada" que os CTT sofrem neste momento. O anterior presidente do Conselho de Administração dos CTT teve que se demitir, pois auferia dois salários de entidades diferentes, e o seu

vice, que deveria ter cessado funções por ter atingido o limite de idade, será mantido no cargo pelo atual governo PSD/CDS até 2012, altura em que irá nomear nova Administração. Consequentemente existe uma total impunidade para prejudicar os trabalhadores. Não faltam na empresa CTT motivos para desencadear uma luta acesa e prolongada: trabalhadores com salários congelados, cortes nos vencimentos, agilização de despedimentos e, acrescente-se, um clima de medo e incerteza, pois o silêncio continua a ser a resposta para as dúvidas dos trabalhadores, que entre efetivos e precários continua a ser a maior empresa pública a operar em Portugal. Por serviços públicos postais com qualidade. Pela defesa de postos de trabalho efetivos e o fim da precariedade laboral e do medo instituído pelos poderes vigentes. Norberto Rosado

Da cegueira sectária às cadeiras da concertação social

A greve geral nas escolas foi um passo positivo e importante da luta de professores e funcionários contra a troika e o seu governo e saudamos todos aqueles que estiveram na vanguarda da luta.

Muito se pode dizer após uma jornada de luta como a greve geral de 24 de novembro. Para os atuais dirigentes da FENPROF e do SPGL, os "professores aderiram em força à greve geral", "a maioria das escolas do país encerraram" e "no ensino superior a greve geral foi uma das maiores greves de sempre". Não partilhámos desta euforia e meias verdades e afirmamos que elas são desnecessárias perante as análises ridículas e provocatórias do governo.

Por agora, afirmamos que a greve nas escolas foi um passo positivo e importante da luta de professores e funcionários contra a troika e o seu governo e saudamos todos aqueles que estiveram na vanguarda da luta, não alinharam com as promessas governamentais e sacrificaram um dia de salário. Ao fazer o balanço baseando-se apenas no número de escolas encerradas num dado momento do dia - o SPGL proclama que houve 300 escolas encerradas na sua área - os dirigentes sindicais passam totalmente por cima da adesão e mobilização concreta dos trabalhadores da educação e, mais importante, do peso dos funcionários no encerramento das escolas. Esta questão tem suscitado em diversas escolas grandes e crescentes clivagens que o ativismo deve procurar responder.

Balanços utilitários

Aquela euforia e vanguardismo seguem o balanço que a CGTP também fez: "A greve foi a maior greve geral de sempre". Compreende-se a utilidade de tais balanços por parte dos dirigentes da CGTP, FENPROF, SPGL: tendo sido a participação e extensão da greve um sucesso absoluto, não há nada a mudar na preparação das próximas greves, e se os recuos governamentais, mesmo que pequenos, não aparecem, isso deve-se a uns poucos teimosos que persistem na desmobilização.

Pelo contrário, achamos que

há muito que mudar na política das direções sindicais, assim como é necessário construir, reforçar e alargar as alternativas de luta que junto aos trabalhadores da educação procuram contribuir para a derrota desta política de empobrecimento.

Sectarismo contra o 15O

Mas a meia verdade ou mentira deliberadas ainda unificam os dirigentes da CGTP, FENPROF e SPGL na tentativa ridícula de apagar a manifestação ocorrida no próprio dia da greve convocada pelo Movimento 15 de Outubro (15O) que juntou mais de 5 mil jovens e trabalhadores entre o Marquês de Pombal e a Assembleia da República.

Esta manifestação organizada à revelia daqueles dirigentes juntou-se à manifestação da CGTP no largo situado na frente do parlamento. Este sectarismo apenas desprestigia e enfraquece as organizações sindicais que agora dirigem: em nenhum balanço ou comentário daqueles dirigentes é referido aquele contributo importante para o sucesso da greve geral, pois na manifestação do 15O participaram tantas ou mais pessoas que na da CGTP.

O Movimento 3Rs, movimento de professores e educadores, não só juntou na sua coluna dezenas de trabalhadores da educação, tanto professores como funcionários, como também participou na organização e dinamização da mesma.

Finalmente, e comprovando assim que há muito a mudar na política das direções das grandes organizações sindicais, escassas horas após o fim da greve geral, aqueles dirigentes sentavam-se ao lado de patrões e governo na Concertação Social, fomentando entre a classe trabalhadora ilusões e a desmobilização, quando deviam iniciar na base um debate democrático sobre as próximas ações de luta contra o desemprego e cortes salariais em curso. **Eduardo**

Henriques (professor)

INTERNACIONAL ■



Egito: uma revolução imparável

O grito de centenas de milhares de egípcios é só um: é necessário completar a revolução! Excertos da declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI).

Cairo, Alexandria, Suez... fervem ao calor da luta de um povo que defende as suas conquistas com unhas e dentes e quer avançar no caminho de sua libertação total. Porque nenhum dos problemas fundamentais do povo egípcio foi resolvido. Tanto o desemprego como suas condições materiais de vida continuam em estado dramático e insuportável.

A emblemática Praça Tahrir é protagonista, desde o dia 18 de Novembro, de mobilizações em massa exigindo a saída da Junta Militar que substituiu o ditador Hosni Mubarak em 11 de Fevereiro deste ano. Esta nova onda de manifestações começou quando o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), como passou a ser chamada a Junta Militar, divulgou uma carta de princípios da nova Constituição na qual pretendem conceder poderes ilimitados aos militares.

No início, foi a própria Irmandade Muçulmana que convocou os protestos. Rapidamente, aumentaram em número (centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de várias cidades) e em radicalização. O saldo de mortos, produto da brutal repressão, até ao momento em que escrevíamos esta declaração já somava 38, e o de feridos, mais de dois mil. A situação é tão candente que a pressão popular conseguiu fazer com que o governo provisório, nomeado diretamente pela Junta e encabeçado pelo ex-ministro Essam Sharaf, renunciasse.

No entanto, a juventude e o povo trabalhador egípcio não pararam por aí. Querem tirar a Junta Militar do governo, assim como expulsaram o tirano pró-imperialista Mubarak.

As massas contra a “transição” da Junta

O marechal Mohamed Hussein Tantawi, que foi ministro da Defesa de Mubarak por 20 anos e agora encabeça a Junta Militar, tinha-se comprometido a ficar no poder por um período de somente seis meses, até às eleições de um parlamento constituinte e de um novo governo. No entanto, as eleições parlamentares não foram convocadas para setembro, mas para o dia 28 de novembro, sob um sistema tão confuso como antidemocrático.

Assim, o que detonou a indignação das massas foi o projeto antidemocrático dos militares. Na carta de princípios já mencionada, eles apresentaram a sua intenção de se tornarem “avalistas da Constituição” após as eleições. Esta “proteção constitucional” oferecida pela Junta Militar consiste em negar soberania política a um futuro parlamento. A carta propõe que os membros do CSFA continuem atuando como “árbitros”, usando um poder de veto sobre qualquer artigo da futura Constituição com o qual não concordem e gozando de liberdade irrestrita para definir o orçamento das Forças Armadas de maneira sigilosa.

Como se vê, não é por acaso

que as massas continuam a lutar. O ódio e a saturação em relação ao governo militar foi crescendo. Isso mostra que a revolução avançou muito, se considerarmos que, quando Mubarak caiu, existia entre as massas um importante grau de confiança no exército como instituição.

Nove meses depois, a experiência política foi corroendo esta confiança. O povo egípcio já está farto. Não pode dar nenhuma credibilidade às promessas da Junta.

Nós, da LIT-QI, apoiamos incondicionalmente a luta do povo egípcio para derrubar a Junta Militar repressora, pró-imperialista e que impõe a fome ao país. Repudiamos energicamente as brutais repressões que este governo está infligindo à juventude e à classe trabalhadora egípcia que sai às ruas para exigir liberdades e garantias democráticas. Ao mesmo tempo, repudiamos as tentativas de trair a luta mediante os pactos e negociações que a Irmandade Muçulmana e outros sectores estão a levar adiante com a Junta de Tantawi.

A luta intensa, sublime e decidida que estamos a presenciar na emblemática Praça Tahrir é parte e continuidade de todo o processo revolucionário vivido no Norte da África e no Médio Oriente. A vitória do povo egípcio será a vitória de toda essa região. Será uma vitória de toda a classe trabalhadora mundial.

Austeridade e racismo na periferia de Lisboa

Entre os mais afetados por esta brutal ofensiva estão os habitantes de bairros sociais e degradados da periferia das grandes cidades, entre as quais Lisboa, maioritariamente ocupada por imigrantes negros e negras e a sua descendência.

A austeridade imposta à classe trabalhadora para repor os níveis de lucro de antes da crise, isto é, o roubo legalizado pelo Estado capitalista, está a afetar a vida de todos e todas aqueles que, com o seu trabalho de sol a sol, produzem tudo o que existe à nossa volta. Entre os mais afetados por esta brutal ofensiva estão os habitantes de bairros sociais e degradados da periferia das grandes cidades, entre as quais Lisboa, maioritariamente ocupada por imigrantes negros e negras e a sua descendência.

Geradora de recessão económica que destrói o emprego existente, a austeridade reforçará o exército industrial de reserva composto pela mão de obra desempregada. Novos habitantes dessas periferias farão parte desse exército

Mas entendámo-nos: os trabalhadores imigrantes das periferias de Lisboa, nomeadamente trabalhadores negros e negras, não são explorados porque são negros, são explorados porque são da classe trabalhadora, mas o seu grau de exploração é deveras maior, pois a opressão racial, que não é sentida pelos trabalhadores brancos, tem o seu auge na exploração económica: piores trabalhos, pois piores horários e piores salários...

Teoria racista

A teoria racista foi um meio e não um fim em si mesma! Através da teoria racista legitimou-se o trabalho dos escravos africanos negros na América, a par com a pilhagem do mundo, que serviu

para criar o capital necessário às burguesias europeias para investirem em novas técnicas, naquilo que ficou conhecido na Europa como a “revolução industrial”.

Aquando da “libertação de escravos” ou a abolição oficial da escravatura nos países com grandes populações negras, como os Estados Unidos ou o Brasil, a teoria prevaleceu para a criação de um exército de reserva de desempregados dispostos a trabalhar em troca de qualquer salário e sempre à mercê dos patrões para serem utilizados como fatores de chantagem dos trabalhadores brancos no ativo!

Essa mesma teoria racista, serviu para que os negros e negras fizessem os trabalhos mais precários nessas sociedades, com todos os problemas inerentes a essa situação e que mantêm-se até hoje.

Precariedade ou desemprego

Basta ver onde é que os imigrantes e filhos de imigrantes trabalham: na construção civil, serviços de limpeza, serviços de segurança privada, recolha de lixo e em centros comerciais e cadeias de fast food tal como o McDonald’s, com vínculos laborais precários e sujeitos a todo o tipo de exploração por parte dos patrões. A alternativa que o sistema capitalista oferece ao trabalho com vínculos precários e paupérrimos salários é o desemprego!

Para comprovar estas realidades basta acordar entre as 4 e as 7 horas da manhã e verificar quem são as senhoras que vão trabalhar para as limpezas. Basta verificar quem



são os senhores que vão trabalhar na construção civil. Ou verificar, a altas horas da noite, quem são as pessoas que vão recolher o lixo e quem são aqueles que asseguram a segurança privada nas estações de comboios/metro, centros comerciais, lojas, etc.

Esta divisão do trabalho entre nacionais e imigrantes, ou entre trabalhadores brancos e negros, vem revelar a desigualdade de

oportunidades dada aos imigrantes e aos seus descendentes, e, neste último caso, com grande ênfase no homem negro e na mulher negra.

Apesar de entre aqueles que desempenham estas tarefas estarem também portuguesas e portugueses brancos, estes trabalhos “destinam-se” aos imigrantes e principalmente aos negros e às negras. **Yussuf Yazeed R.H.**

Que razões sustentam este *status quo*?

Sem nos pautarmos por uma perspetiva determinista, existe uma explicação sociológica para tal realidade. A única forma de entendê-la e compreender o seu alcance é enquadrando-a na análise de toda a violência do sistema capitalista e das suas instituições para com a classe trabalhadora. Este status quo é a consequência da violência política, económica e social levada a cabo pelo Estado nessas periferias, através da sua omissão ou de programas assistencialistas limitados e da permanente vigilância e brutalidade policial.

Dá-se um processo de reprodução social das condições materiais de existência de pais para filhos, do estigma de imigrante, para filhos de imigrantes (portugueses de segunda nos direitos) e há como que uma “passagem de testemunho” de pais imigran-

tes para filhos de imigrantes no que diz respeito aos trabalhos realizados e “status” na sociedade.

A constatação deste facto é o que se pode designar de apartheid na divisão social do trabalho, que é uma prova cabal de que o racismo institucional existe!

Essas periferias de Lisboa e os que lá habitam, nomeadamente os jovens negros e negras, estão fechados num ciclo de pobreza, criminalidade e estigmatização, consequência do desinvestimento por parte dos Estados em infraestruturas e recursos humanos, nomeadamente aqueles relacionados ao ensino, que originam formações académicas pobres, que só deixam como alternativa trabalhos precários, com os piores horários, as piores condições e as piores remunerações, ou desemprego. Asso-



ciados ao aumento do custo de vida, esses fatores impelem para a entrada no mundo do crime por parte de membros dessas comunidades, gerando violência, altas taxas de aprisionamento e desestruturação familiar.

Todos estes fenómenos sociais, nos dias que correm, irão ser exponenciados pela austeridade, ou seja, pela ainda maior

omissão do Estado para com as suas responsabilidades.

Todo um projeto de sociedade capitalista que passa pela omissão das funções do Estado, pela inexistência de democracia económica e política, tem de ser posto em causa pelos jovens negros e negras das periferias!

Y.Y.R.H.

Unidade da classe trabalhadora

O sistema capitalista criou, reproduz e reproduzirá sempre formas de racismo institucional para “dividir para reinar” e assegurar a sua taxa de mais-valia. Com o racismo, divide a classe trabalhadora, aliena o negro e a negra na pobreza e na ignorância, remetendo-os, assim, para trabalhos socialmente desvalorizados, mais duros física e psicologicamente, ou para o exército industrial de reserva.

Impõe-se a questão: o que fazer perante este quadro de análise em relação aos imigrantes, nomeadamente aos jovens africanos negros em Portugal?

É necessário que os negros se organizem para incutir a consciência negra, ou seja, saber o que significa ser negro no marco da sociedade capitalista! Sim, é preciso discutir os “problemas específicos dessas comunidades” e ter consciência da especificidade da mulher negra e do homem negro no contexto social em que se inserem!

Mas a existência dessas especificidades não pode impedir a unidade na ação, a unidade na luta com o conjunto da classe trabalhadora! Isso implica, a par dessa consciência negra tão necessária - só os trabalhadores negros sofrem a opressão racial -, a existência da consciência de classe, pois tanto os trabalhadores negros como os brancos são explorados economicamente pelos detentores dos meios de produção.

As vanguardas trabalhadoras de negros e brancos terão essa responsabilidade de dinamizar formas de união das lutas de trabalhadores negros e brancos, nunca sobrevalorizando lutas à custa da subalternização de outras. A “consciência negra” não deve ser um fim em si, tem que ser um meio, devendo para tal ser consequente politicamente, e isso significa a destruição de instituições e paradigmas que criam as condições materiais que isolam e definem lugares pré-reservados aos negros e negras na sociedade, reproduzindo e difundindo, dessa forma, o racismo.

Pois de todas as alternativas viáveis para os trabalhadores, quer sejam negros ou brancos, nacionais ou imigrantes, só uma delas é consequente: a unidade na luta política!

Y.Y.R.H.